

ATA 348

1
2 Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e vinte um, às quatorze horas, realizou-se a reunião
3 ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua sede na Rua Joaquim
4 Nabuco nº 59 e virtualmente através do aplicativo Google Meet sob a convocação de seu presidente
5 Armando Madalosso Vieira. Fizeram-se presentes os seguintes **os conselheiros titulares**
6 **governamentais:** Lucília do Rocio Lopes Andrade, Tatyana Denise Belo e Karina Muehlbauer
7 (Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG); Daniele de Antoni Calixto Strack
8 (Fundação Municipal de Saúde); Leni Aparecida Viana da Rocha (Secretaria Municipal de Educação);
9 Deborah Maria Diretrich Lechiu (Secretaria Municipal de Cidadania e Segurança Pública) e João
10 Rafael Safonoff Ribeiro (Secretaria Municipal de Governo). **Os conselheiros não governamentais**
11 **titulares:** Camila Gomes de Barros, Adrianis Galdino da Silva Junior e Valquíria Verwiebe
12 (Profissionais da Área de Assistência Social); Armando Madalosso Vieira (Entidades de Proteção
13 Social Básica); Cleuci Mara Barbosa Martins (Usuários da Assistência Social). **As conselheiras**
14 **governamentais suplentes:** Sandra Regina Wichert Cisco, Monica Mongruel e Karym Rachel Mami
15 Voigt Collesel (Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG). **A conselheira não**
16 **governamental suplente:** Nathanie Hariene Panzarini de Abreu (Profissionais da Área de
17 Assistência Social) **O conselheiro não governamental suplente no exercício da titularidade:** Acir
18 Claro dos Santos (Entidade de Alta Complexidade). Justificaram a ausência os seguintes
19 conselheiros: Beatriz de Souza, Laerte Bittencourt Filho, Ana Paula Almeida Rocha Ohata e Beatriz
20 Martins Ciriaco de Francisco. Estiveram presentes os seguintes convidados: Consuelo Szczerepa
21 Lopes (Ministério Público); Priscila Pinheiro, , Maysa Nueremberg de Vasconcelos, Francielle Alberti,
22 Ana Maria Costa, Reni Justus, Patrícia Stunitz. O coordenador geral do Cavanis Marcelo Bleme. A
23 auxiliar administrativa Michelle Rocha de Brito. A estagiária de serviço social do CMDPI Marcia
24 Grazieli Barbosa. A agente administrativa Maria Aparecida da Silva. A plenária contou com a seguinte
25 pauta: 1- Apreciação e aprovação da pauta; 2- Aprovação da ata nº 347; 3- Informes; 4- Apreciação
26 e Aprovação do parecer da Comissão de Fundo Municipal de Assistência Social sobre: 4.1 - Proposta
27 de Retificação da Resolução 04/2021, referente a reprogramação dos recursos federais e estaduais;
28 4.2 – LOA 2022 do FMAS; 4.3 – Apresentação da proposta de metas e valores para os editais de
29 chamamento 2022; 5- Apreciação e aprovação do parecer da Comissão de Documentação e Cadastro
30 sobre: 5.1 – Reinscrição JOCUM; 5.2. – Inscrição definitiva ESPRO; 6- Apresentação do relatório e
31 propostas finais da 13ª Conferência Municipal de Assistência Social. O presidente Sr. Armando iniciou
32 a reunião cumprimentando a todos e colocando a pauta para apreciação e aprovação. O conselheiro
33 Adrianis solicitou inclusão do PPA e o presidente Sr. Armando solicitou inclusão da proposta de
34 resolução com alteração do percentual de frequência do serviço de convivência, o assunto foi
35 discutido na conferência, e também tem um informe para o pleno. Não havendo mais nenhuma
36 inclusão foi aprovada a pauta. O próximo item da pauta foi a aprovação da ata número 347. A
37 conselheira Lucília aponta que constou como extraordinária e, no entanto, era uma reunião ordinária.
38 Ata aprovada. Nos informes, foi comunicado o recebimento de um ofício do Ministério Melhor Viver
39 informando a alteração do responsável técnico, que passa a ser o Sr. João Eliseu Montes. O
40 conselheiro Adrianis comentou que o responsável técnico tem que estar atrelado a registro em carteira
41 e carga horária compatível, a secretária Thais sugeriu que seja encaminhado ofício esclarecendo essa
42 situação. A conselheira Sandra informou sobre a Consulta Pública e comunicou que foi inserido no
43 blog do DG Suas a minuta do Plano Municipal, para consulta tanto de entidades, como trabalhadores
44 e conselheiros que quiserem participar fazendo alguma sugestão. O link foi enviado no grupo da
45 plenária para leitura e participação, na sequência será passado pela plenária, mas havendo interesse
46 está disponível para quem quiser analisar. O próximo informe, foi comunicado aos dirigentes de
47 entidade para tomarem cuidado com um golpe que está sendo aplicado junto as entidades,
48 informando que o CEBAS será cancelado caso não seja pago um boleto de dívida pendente, é um
49 alerta que se trata de golpe, uma vez que o Ministério da Cidadania não realiza esse tipo de cobrança

50 e nem de ameaça. Próximo item quatro da pauta foi apresentado o parecer da comissão do Fundo
51 Municipal de Assistência Social sobre a proposta de Retificação da Resolução 04/2021, referente a
52 reprogramação dos recursos federais e estaduais, solicitada pelo Departamento de Proteção Social
53 Especial conforme SEI59974/2021, onde o departamento realizou os esclarecimentos necessários
54 quanto a compra dos itens segundo a reprogramação, no que se refere a cestas básicas e materiais
55 de higiene pessoal, que são de distribuição gratuita, informando que devido à complexidade do
56 processo de inserção orçamentária, quando o recurso entrou no orçamento os contratos haviam sido
57 extinguidos, não podendo acontecer a aquisição conforme programado no início do ano. A conselheira
58 Karina informou que a Comissão de Acompanhamento do Fundo aprovou a utilização total do saldo
59 referente ao recurso da fonte 1061 da portaria 369 do Covid-19 (verba federal) no valor de R\$
60 443.186,73 na aquisição de cestas básicas, utilizando assim todo o recurso para aquilo que foi
61 destinado no orçamento para distribuição gratuita. E o recurso da fonte 962 PPS IV Recurso Estadual,
62 destinado ao Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Família Acolhedora, que havia sido
63 reprogramado o valor de R\$ 40.000,00 para Bolsa Auxílio, esse valor foi utilizado em sua totalidade,
64 requisita-se aumento do valor para R\$ 93.500,00, considerando que o município recebe R\$
65 270.000,00, através desse benefício tem conseguido executar o recurso. A comissão aprovou estas
66 alterações das reprogramações e sugeriu resolução para as alterações. O presidente apresentou para
67 o pleno que aprovou por unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº 41/2021**. Na sequência foi
68 apresentado o parecer da comissão sobre a análise da LOA 2022. Houve o questionamento do
69 conselheiro Adrianis quanto ao PPA 2022-2025, concluído sem vistas do CMAS. A conselheira Karina
70 colocou que realmente o PPA foi concluído sem vistas do conselho e que aquela reunião foi complexa
71 e que apenas foi passado o assunto. No dia 20 de agosto a comissão novamente se reuniu e tratou
72 de toda a apreciação da LOA, nesse dia esteve presente na reunião o Sr. Ronaldo que é supervisor
73 financeiro e orçamentário da FASPG. O conselheiro Adrianis colocou alguns apontamentos referentes
74 a LOA e o Sr. Ronaldo realizou esclarecimentos de dúvidas. O conselheiro Adrianis colocou que o
75 conselho precisa pensar algumas questões, que a LOA precisa ser apresentada para o conselho,
76 enquanto documento. O conselho precisa ter claro qual é o seu papel, tanto frente a LOA, quanto ao
77 PPA, que são duas coisas distintas. Que acabamos de sair de uma conferência municipal onde foi
78 discutido e debatido o financiamento da política, e não passou despercebido que dentro do
79 financiamento da FASPG de R\$ 46.000.000,00, o valor de R\$ 15.000.000,00 é gasto com folha de
80 pagamento de R\$ 19.000.000,00 com cofinanciamento das entidades e o que sobra é um orçamento
81 muito exíguo do ponto de vista local da fonte livre para a assistência social. Foi apresentada a LOA e
82 esclarecido que este documento trata da questão orçamentária do próximo ano/2022, o qual segue
83 anexo a esta ata. Foram discutidos alguns itens pontuais. Quanto ao Departamento de Proteção
84 Social Especial, foi discutida a questão do Ginásio do Deficiente, que é um equipamento intersetorial,
85 não tipificado, mas que está lotado no DPSE/ FASPG, com a informação que foi pensado em
86 transformar esse equipamento em Centro Dia, porém seria necessário criar cargos de cuidador e
87 educador social, as quais são funções distintas que requerem especializações. Existe dentro da
88 FASPG a proposta de transferir o Ginásio da Fundação de Assistência Social para a Secretaria
89 Municipal de Políticas Públicas Sociais, mas isso pode acontecer durante o ano de 2022 ainda, por
90 isso o Departamento de Proteção Especial precisa colocar o Ginásio no orçamento. Após alguns
91 apontamentos referentes as ações ofertadas pelo Ginásio do Deficiente foi sugerido que seja
92 realizada uma reunião a fim de discutir sobre esse equipamento, chamando o Conselho da Pessoa
93 com Deficiência e a Proteção Social Especial – Média Complexidade para que se faça uma ampla
94 discussão e já solicitar os dados de atendimentos dos anos de 2020 e 2021, frentes que esse
95 equipamento trabalhou para que essa discussão possa ser balizada com a nova gestão do Conselho
96 da Pessoa com Deficiência, pois se está na FASPG é competência do CMAS acompanhar e fiscalizar
97 as ações. O presidente coloca que o encaminhamento será o agendamento de uma reunião conjunta.
98 Outro ponto de discussão foi o encerramento do ACESSUAS cujo prazo é no fim do ano de 2021,

99 contudo existe a possibilidade de prorrogação deste serviço, motivo pelo qual consta na previsão
100 orçamentária, assim sendo caso haja prorrogação não haverá atrasos no processo. O presidente
101 colocou a LOA para aprovação do pleno. Aprovada conforme **Resolução/CMAS/nº 40/2021**. Próximo
102 item da pauta é apresentação da proposta de metas e valores para os editais de chamamento 2022,
103 dando continuidade foi apresentado o SEI60118/2021 da FASPG, foi acordado a realização de uma
104 reunião promovida pelo CMAS, convidando a FASPG e entidades inscritas no conselho, a ser
105 realizada em 01 de setembro para falar sobre esse assunto. Foi informado que a comissão apreciou
106 a tabela de valores e as metas, e as que não se mantiveram, foram aumentadas. A FASPG tentou
107 um aumento maior de metas e valores, contudo não foi possível devido ao limite orçamentário.
108 Havendo uma reavaliação da tabela e de modo geral as metas não tiveram impacto, apenas a
109 alteração do valor, dividindo as metas das ILPI's em grau 1, 2 e 3, que é uma novidade desse edital.
110 A relatora da comissão comenta que esse assunto será trazido para a pauta do conselho, uma vez
111 que é contraditório pedir para a instituição atender grau 3 e a gestão não realizar alguns pagamentos.
112 Pois há alguns questionamentos das entidades quanto a nutrição enteral, que tem um alto custo,
113 aproximadamente R\$ 1.800,00 e é a única forma de alimentação, além de ser uma garantia dentro
114 do serviço de acolhimento. Todavia é necessário analisar o que será possível enquanto recurso da
115 assistência social para efetuar esse pagamento. Conselheira Sandra sugeriu que fosse elaborada
116 uma resolução do conselho aprovando esses gastos. Outro ponto apresentado foi sobre o Lar
117 Guilherme Cavina, que havia a intenção de transformar em Residência Inclusiva, foram analisadas as
118 metas, mas devido ao valor não foi possível, por isso o valor da meta atual foi aumentado dentro das
119 possibilidades orçamentárias. E os demais serviços são de acordo com a realidade, como a Casa de
120 Passagem, que foi previsto atendimento de famílias, ampliado para 20 metas. A Michelle assistente
121 administrativo do Lar Guilherme Cavina, solicitou a palavra para dizer que o valor do chamamento
122 hoje só paga a folha, que o gasto mensal com alimentação é de R\$ 10.000,00 e mais R\$ 1.300,00
123 por mês de alimentação com sonda. Que está ficando inviável com este valor manter a qualidade do
124 atendimento. Relata que há dois anos atrás o que sobrava do Restaurante Popular era fornecido para
125 a entidade servir o jantar dos acolhidos, mas agora está cortado. O gasto com medicamento é de
126 aproximadamente R\$ 5.000,00. E faz um apelo para que o conselho e a gestão analisem essa
127 situação com atenção especial. O presidente Sr. Armando colocou que o caso do Lar Guilherme
128 Cavina será estudado com prioridade, que ao término da plenária haverá uma reunião com o vice-
129 presidente e secretária executiva do conselho a fim de formalizar um encaminhamento para tentar
130 minimizar a situação. Aproveitou a ocasião para avisar a todos os participantes da reunião híbrida,
131 principalmente os dirigentes das entidades que na sexta-feira os mesmos serão convidados para uma
132 reunião, onde a FASPG apresentará o planejamento para 2022. Com preferência aos dirigentes para
133 a reunião presencial e os demais de forma virtual, todos que quiserem poderão participar de forma
134 remota. A reunião será realizada no auditório da Sociedade Espírita Francisco de Assis, na rua Santos
135 Dumont, nº 646 às 10h00min de sexta-feira dia 03 de setembro. Próximo assunto é a inclusão de
136 pauta, solicitada pelo conselheiro Adrianis, sobre o PPA, que é o Plano Plurianual, que está sendo
137 discutida a possibilidade de apresentação do PPA, e na reunião do dia 10, o conselho foi avisado que
138 o PPA já havia sido enviado. O PPA é um instrumento de gestão dentro do SUAS, com o SUAS
139 planeja-se alcançar gradativamente um novo patamar em termos de orçamento e de oferta de
140 serviços na assistência que produzem impactos positivos, efetivos no quadro de enfrentamento a
141 pobreza no país. As diretrizes da política nacional para o financiamento têm correspondência nos
142 instrumentos de planejamento público, PPA, LDO e LOA que nós acabamos de aprovar, com
143 destaque para o PPA que por seu papel de guia programático para as ações do poder público pode
144 traduzir segundo a política nacional a *“síntese dos esforços de planejamento de toda a gestão
145 administrativa para contemplar os princípios e concepções do SUAS”*, necessária correspondência
146 de financiamento e deliberações dos conselhos e conferências na área. Quando o CMAS foi avisado
147 que o PPA não passaria pelo conselho, retomando o quadro de datas, lembra que o PPA chegou, via

148 ofício da Secretaria de Fazenda dia 15/03/2021 e todas as secretarias, FASPG e a SMPPS, foram
149 devidamente orientadas, foi aberto um SEI20834/2021, dia 16/03/2021 e ele fechou com as devidas
150 notas de todos os departamentos e organismos dia 28/06/2021 e este conselho tomou posse dia
151 01/07/2021. Havia conselho com gestão e funcionando e em 2017 pela resolução nº 10, assunto
152 Aprovação da Proposta da Política de Assistência Social para o Plano Plurianual 2018-2021. Se nós
153 não entendemos este espaço como instância de pactuação, coparticipação e de cogestão da política,
154 por que que nós vamos manter o CMAS funcionando. Seria importante que o conselho discutisse,
155 porque mais do que deliberar sobre o dinheiro, seria pensar as metas, e como conselheiro relata que
156 não pode não ficar preocupado quando viu o processo, porque à época em que todos deram cota no
157 documento, será que não sabiam da importância de passar por esta mesa? E a Jocemara justificou
158 dizendo que poderia ter sido um lapso dela. Fala que questionou o ocorrido em que depois de tanto
159 tempo ser preciso de fato ter esse tipo de discussão no CMAS da pertinência desse documento.
160 Manifesta sua surpresa por não ter sido dado a devida importância a esse documento, que é tão
161 importante e acredita ser necessário lembrar sempre sobre o que deve ou não deve vir para esta
162 mesa e qual é o lugar de fala do conselho. De fato, os conselhos gestores foram uma grande novidade
163 nas políticas públicas ao longo dos anos, com caráter institucional tem um papel de instrumento
164 mediador da relação sociedade civil e Estado, e estão escritos na Constituição Federal em outras leis
165 de país na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população.
166 Embora saiba que não há o que fazer uma vez que o PPA já foi finalizado, diz que gostaria de deixar
167 registrado que o conselho tem que pensar bastante se entender este espaço como instância de
168 pactuação dentro da política. E que o oposto disso seria ter esse tipo de decisão, que não coopera
169 para o relacionamento recíproco que deve haver entre ambas as instituições, conselho e gestor da
170 política de assistência. O presidente Sr. Armando coloca que realmente a falha ocorreu, talvez até
171 porque quem construiu o PPA eram membros do próprio conselho e isso pode ter levado ao equívoco,
172 mas registre-se que o gestor reconheceu o erro cometido e pediu escusas pela deliberação tomada
173 sem a passagem pelo conselho. Acredita que esse fato não se repetirá mais, o planejamento
174 plurianual são 4 anos, então pela passagem desse tempo, pode ter sido o motivo do esquecimento
175 da necessidade de passar pelo conselho, mesmo porque a funcionária citada pelo Adrianis não faz
176 parte do conselho e é uma funcionária comissionada e podia não ter conhecimento necessário para
177 dar o encaminhamento para o conselho. Próximo item da pauta 5- Apreciação e aprovação do parecer
178 da Comissão de Documentação e Cadastro sobre: 5.1 – Reinscrição JOCUM e 5.2- Inscrição definitiva
179 do ESPRO. A conselheira Sandra solicitou que fosse incluído o Instituto Avante que também foi
180 discutido na Comissão. A conselheira explicou que a entidade JOCUM tinha inscrição e Termo de
181 Colaboração para SCFV para crianças e adolescentes até 17 anos, contudo durante a pandemia
182 diminuiu bastante e não estavam conseguindo executar nem 50% das metas pactuadas e o presidente
183 da entidade solicitou rescisão do Termo de Colaboração. Entretanto na documentação de solicitação
184 de reinscrição consta que nos últimos meses a demanda cresceu e estão realizando atendimento
185 remoto assim como todas as outras entidades dentro do Fortalecimento de Vínculos. A entidade
186 enviou toda a documentação necessária, já é comprovado que a entidade tem condições para
187 executar o serviço e a comissão foi favorável a reinscrição, sob o mesmo número anterior, ressaltando
188 que a entidade tem intenção de participar do edital de 2022. O presidente coloca para apreciação do
189 pleno, em não havendo nenhuma manifestação é aprovada por unanimidade a **Resolução/CMAS/nº**
190 **42/2021**. A próxima entidade é o ESPRO foi explicado que a entidade trabalha com Programa de
191 Sócio Aprendizagem para Adolescentes e Jovens, tinha inscrição provisória que venceu em abril de
192 2021 e a entidade entregou a documentação em junho de 2021 solicitando a manutenção da inscrição.
193 Esta documentação foi analisada e aprovada pela comissão, sendo necessário apenas o envio do
194 demonstrativo contábil e uma menção para entidade aumentar a carga horária da assistente social,
195 que atualmente é de 4 horas, sendo muito pequena para o número de atendidos. E a entidade
196 apresentando essa documentação, automaticamente obtém a inscrição definitiva. O presidente coloca

197 para apreciação do pleno, em não havendo nenhuma manifestação é aprovada por unanimidade a
198 **Resolução/CMAS/nº 43/2021**. E a última das entidades é a Instituição Antares, a entidade está com
199 dois nomes, Antares e Instituto Avante, precisa verificar qual deve sair na resolução, é uma instituição
200 nova e ligada a ACIPG que trabalha com contraturno escolar, dando aula para alunos da escola
201 pública estadual, desenvolvem atividades dentro das diversas disciplinas, e tem voluntários que fazem
202 atividades de noções de cooperativismo e administração, e que poderia entrar se fizesse algumas
203 alterações no Programa de Socio Aprendizagem, assim como o ESPRO. Entretanto no momento
204 ainda não tem condição, pois não tem profissional de serviço social, apenas pedagogo e professor,
205 não tem vínculo com a rede SUAS, uma vez que não citam nada sobre receberem encaminhamento
206 de CRAS e CREAS. Assim sendo o parecer da comissão foi pelo indeferimento da inscrição com
207 envio de informações sobre a lei que regulamenta o serviço para que a entidade refaça futuramente
208 o pedido de inscrição, contendo um profissional de serviço social e relacionando o público atendido
209 com o público prioritário da assistência social. O presidente coloca o parecer da comissão para
210 aprovação, em não havendo nenhuma manifestação é aprovada por unanimidade conforme
211 **Resolução/CMAS/nº 44/2021**. O próximo item da pauta é o seis; relatório e propostas finais da 13ª
212 Conferência Municipal de Assistência Social. A conselheira Lucília inicia dizendo que o relatório foi
213 elaborado conforme modelo disponibilizado pelo CNAS, o informe 01 contendo todos os itens que
214 devem compor o relatório. Contudo não foi possível finalizar por estar pendente a avaliação dos
215 conselheiros. A avaliação dos participantes foi feita pelo *google forms* e será inserida juntamente com
216 a avaliação dos conselheiros. O relatório segue anexo a ata. Apresentadas as deliberações aprovadas
217 na conferência, foram ratificadas conforme **Resolução/CMAS/nº 45/2021**. O presidente reforçou
218 quanto ao preenchimento das avaliações para que todos façam. E coloca que participou do grupo 2
219 onde foi proposta a revisão do percentual de frequência nos serviços de convivência, ficou o
220 compromisso de que fosse apresentada essa proposta na primeira plenária. Informa que está
221 repassando para a comissão do SUAS à proposta para análise, e na próxima plenária, a apreciação
222 do assunto. Aproveitou a oportunidade para fazer os agradecimentos a toda equipe em nome da Mesa
223 Diretiva do Conselho, a toda a Comissão da Conferência, a todas as pessoas que colaboraram,
224 pessoal administrativo, técnicos, conselheiros que participaram e colaboraram com a realização da
225 conferência, que foi inédita, algumas dificuldades houveram, mas foram sanadas e não prejudicou a
226 realização da conferência, a qual teve bastante participação e muitas propostas e com certeza
227 chegou-se ao fim que se desejava. Por último a conselheira Sandra reforçou sobre a consulta pública,
228 referente a construção do Plano Municipal, cujo documento está no blog e ressaltou para que todos
229 participem, entidades, profissionais e usuários. Sugeriu também que todos façam a leitura prévia do
230 documento e se tiverem apontamentos ou dúvidas podem colocar no grupo, a fim de que não seja
231 necessário realizar a leitura de todo o documento nas reuniões, visto que é um documento extenso.
232 O conselheiro Adrianis colocou a questão dos Benefícios Eventuais, e da necessidade formar uma
233 comissão, uma vez que a resolução 38 expira em novembro e precisa ser regulamentado enquanto
234 conselho. Esgotados os assuntos da pauta, o presidente Armando Madalosso Vieira encerrou a
235 reunião agradecendo a presença de todos. Esta ata foi transcrita e redigida pela agente administrativa
236 Maria Aparecida da Silva, e revista pela secretária executiva Thais do Prado Dias Verillo, após
237 aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.

238 Thais do Prado Dias Verillo _____

239 CPF: 042.454.089-44

240 Lucília do Rocio Lopes de Andrade _____

241 CPF: 741.811.819-87

242 Tatyana Denise Belo _____

243 CPF: 052.293.819-14

244 Monica Mongruel _____

245 CPF: 787.741.959-72

246 Karina Teresinha Muehlbauer _____



**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone/Fax: (42) 30269565 E-mail: cmaspg@bol.com.br Ponta Grossa – PR

- 247 CPF:039.183.429-05
248 Daniele de Antoni Calixto Strack _____
249 CPF: 045.697.309-57
250 Leni Aparecida Viana da Rocha _____
251 CPF: 319.665.009-04
252 Deborah Maria Diretrich Lechiu _____
253 CPF: 038.563.399-81
254 João Rafael Safonoff Ribeiro _____
255 CPF: 087.166.959-50
256 Laerte Bittencourt Filho _____
257 CPF: 442.362.639-04
258 Adrianis Galdino da Silva Junior _____
259 CPF: 026.899.729-21
260 Valquíria Verwiebe _____
261 CPF: 024.349.949-38
262 Ana Paula Rocha _____
263 CPF: 068.801.369-40
264 Ana Paula Almeida Rocha Ohata _____
265 CPF: 006.813.599-86
266 Armando Madalosso Vieira _____
267 CPF: 039.123.969-49
268 Silmara Raquel Chagas de Freitas _____
269 CPF: 024.739.409-24
270 Cleuci Mara Barbosa Martins _____
271 CPF: 004.194.489-50
272 Monica Mongrueel _____
273 CPF: 787.741.959-72